

**MOVIMENTO SOCIAL DE RESISTÊNCIA À REFORMA DO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE  
DAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NO ESPÍRITO SANTO 2015-2016**

**MOVIMIENTO SOCIAL DE RESISTENCIA A LA REFORMA DE LA EDUCACIÓN  
SECUNDARIA: ANÁLISIS DE LAS OCUPACIONES ESTUDANTILES EN ESPÍRITO  
SANTO 2015-2016**

**SOCIAL MOVEMENT OF RESISTANCE TO HIGH SCHOOL REFORM: ANALYSIS OF  
STUDENT OCCUPATIONS IN ESPÍRITO SANTO 2015-2016**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.54684>

Fernando Leal<sup>1</sup>

Marcelo Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** Analisamos as ocupações de escolas no Brasil e no estado do Espírito Santo em 2015 e 2016. Com base em categorias como Estado, bloco no poder, hegemonia e guerra de movimento e de posições evidenciamos por entrevistas e análise de publicações que, embora a ampla articulação das frações de classe dominante tenha combatido o movimento social com êxito na aprovação da Lei nº 13.415/17 e da EC nº 95/16, os estudantes conseguiram ampliar forças, engajar novos sujeitos, garantir recuos na lei da reforma do ensino médio e, em nível local, colocar em xeque a composição do bloco no poder e afetar a legitimidade do programa Escola Viva, atrasando e descontinuando a implementação da reforma.

**Palavras-chave:** Ocupações estudantis. PEC nº 241/16. MP nº 746/16. Políticas educacionais e juventude.

**Resumen:** Analizamos las ocupaciones de escuelas en Brasil y en Espírito Santo en 2015 y 2016. Con base en categorías como Estado, bloque de poder, hegemonía y guerra de movimientos y posiciones, evidenciamos mediante entrevistas y análisis de publicaciones que, aunque la articulación de las fracciones de clase dominante combatió exitosamente al movimiento social en la aprobación de la ley N° 13.415/17 y EC N° 95/16, los estudiantes lograron ampliar fuerzas, incorporar sujetos, garantizar sangrías en la ley de reforma de educación secundaria y, a nivel local, cuestionar la composición del bloque de poder y afectar la legitimidad del programa Escola Viva, retrasando la implementación.

**Palabras clave:** Ocupaciones estudiantiles. PEC N° 241/16. MP N° 746/16. Políticas educativas y juventud.

**Abstract:** We analyze the school occupations in Brazil and in the state of Espírito Santo in 2015 and 2016. Based on categories such as State, power bloc, hegemony and war of movement and of positions we showed through interviews and analysis of publications that, although the wide articulation of the ruling class fractions has combated the social movement with success in the approval of Law No. 13.415/17 and EC No. 95/16, the students managed to increase forces, engaging news subjects, ensuring setbacks in the high school reform law and, at the local level, challenged the composition of the ruling bloc, affected the legitimacy of the Escola Viva program, delaying the implementation of the reform.

**Keywords:** Student occupations. PEC No. 241/16. MP No. 746/16. Educational policies and youth.

### **Introdução**

A envergadura do processo de resistência estudantil e popular às reformas educacionais promovidas pelo governo Temer em 2016 mostra grande insatisfação e contrariedade dos estudantes e de setores da sociedade civil organizada com as propostas governamentais, devido à importância do tema para a definição dos rumos da educação brasileira.

Assim, delimitamos como objetivo, analisar as ocupações secundaristas contra o projeto de reforma educacional que visa a consolidação do projeto societário do bloco no poder<sup>3</sup> no estado no Espírito Santo. Para isso, optamos por analisar, baseados em Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), primeiramente, pela via da pesquisa documental, o processo nacional de institucionalização das reformas, bem como a resistência a esse processo. Em segundo lugar, realizamos a análise da resistência em nível estadual, que também trouxe a visão de sujeitos protagonistas das ocupações em algumas unidades de ensino da Região Metropolitana da Grande Vitória.

As questões que balizaram a pesquisa foram: Quais forças políticas e por meio de que processos de luta e para que interesses estão e estiveram presentes nos embates do processo de formulação e implementação da reforma do ensino médio em nível nacional e local?

Para responder essas questões, nos baseamos no materialismo histórico-dialético de Marx (2008), que vê as relações jurídicas como parte de uma totalidade maior, permeada pelas condições materiais de existência. Portanto, partimos da realidade material para compreender a superestrutura política, jurídica e ideológica do processo analisado, tendo em vista que não se deve analisar a consciência de uma época pela ideia que ela faz de si mesma.

Dessa forma, Netto (2011) indica a necessidade de articular totalidade, contradição e mediação como categorias centrais para conseguir apreender a totalidade concreta, que é dinâmica, de forma articulada e estruturada. Assim, é preciso partir da aparência para alcançar a essência e fazer o movimento de retorno para compreender a totalidade, analisando as contradições e mediações existentes entre as diversas totalidades e as totalidades mais amplas e nos processos de embates e alianças entre as diferentes classes sociais e frações de classe.

Inicialmente, identificamos, de acordo com Filgueiras e Gonçalves (2009), que vivemos em um contexto histórico de hegemonia mundial do capital financeiro, pautado na reestruturação produtiva, na globalização e no neoliberalismo. Esse modelo encontrou resistência ativa em diversos lugares do mundo. No Brasil, a crise econômica mundial, que começou a impactar o preço das *commodities*, propiciou o rompimento de amplos setores da burguesia interna com o governo liderado pelo PT e com o programa neodesenvolvimentista<sup>4</sup>. Com isso, essas forças passaram a compor com as forças neoliberais ortodoxas, lideradas pelo capital internacional e pela burguesia brasileira associada a esses interesses. Essa nova composição engendrou o golpe midiático, jurídico e parlamentar de 2016, que colocou Michel Temer na presidência, com um programa marcadamente neoliberal (BOITO JR., 2016).

O governo Temer aplicou diversas propostas neoliberais em favor dos interesses do capital, como a reforma trabalhista, a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos<sup>5</sup>, a mudança da política externa e da política do pré-sal, afetando a classe trabalhadora e, principalmente, seus estratos mais pobres. Assim, as

reformas educacionais propostas pelo governo são vistas aqui como iniciativas para ampliar a influência neoliberal na educação.

Dessa forma, não só o golpe, como também o processo de fortalecimento de agrupamentos defensores de um neoliberalismo extremado e forças neoconservadoras demonstram uma ofensiva do capital internacional, da burguesia associada e dos setores da burguesia interna e das classes médias que se aliaram em torno do discurso de austeridade e das propostas neoliberais privatizantes, de desmonte de direitos inscritos na CF/88<sup>6</sup> e de arrocho sobre os trabalhadores, como forma de enfrentar a atual crise econômica através da ampliação da superexploração do trabalho. Ou seja, esta passou a ser a nova conformação e os interesses comuns do bloco no poder durante o governo Temer.

Para alcançar tais objetivos, o bloco no poder aumentou a difusão do discurso ideológico, inclusive através da legitimação das reformas educacionais, para realizar o convencimento da população, bem como ampliou e intensificou a pressão contra protestos e ocupações exacerbando o controle sobre as vozes dissonantes, silenciado-as ou invalidando-as, criando um novo padrão de repressão que reforça a sobredominação dos trabalhadores, a autocracia burguesa e o totalitarismo de classe. Esse processo está na origem da fascistização atual, que tem no golpe contra o governo popular tendo alcançado sua expressão mais elaborada posteriormente no bolsonarismo. Estes eventos validam a perspectiva teórica defendida por Poulantzas (1985), ao apontar o Estado como produto e modelador das relações de classes, sendo, portanto, a condensação dessas relações e tentando representar os interesses da classe dominante, bem como unificá-la, enquanto atua para isolar as classes dominadas.

Assim, a reforma do ensino médio, aprovada na Lei nº 13.415/17, aumentou a carga horária, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de inglês, matemática e português e reorganizou o ensino das demais disciplinas em cinco itinerários formativos que deveriam ser escolhidos pelos alunos, bem como disciplinas como sociologia e filosofia deixam de ser obrigatórias para se tornarem apenas conteúdo. Isso mostra que a atual reforma do ensino médio dialoga com as reformas educacionais dos governos autoritários de Vargas<sup>7</sup> e da Ditadura Militar<sup>8</sup>, bem como com as reformas neoliberais da década de 1990<sup>9</sup>, pois todas trazem uma perspectiva dualista que reforça a hierarquização e a desigualdade social, impedindo que estudantes de camadas populares tenham acesso a determinados conteúdos considerados perigosos ou, pelo menos inúteis para essas camadas da população. Esses projetos eram opostos a projetos defendidos em momentos de ampliação democrática, que valorizavam uma formação mais próxima da perspectiva do sujeito integral.

Da mesma forma, autores da educação como Frigotto (2016) e Saviani (2012; 2016) revelam que é falso o argumento governamental de que o problema da evasão escolar ocorre devido a um excesso de disciplinas, o que provocaria a falta de interesse do estudante. Dessa forma, o governo não só se omite em falar sobre as precárias condições infraestruturais das escolas públicas e da desvalorização dos profissionais da educação, como também pretende impedir que os estudantes tenham contato com disciplinas que podem ser ferramenta para forjar uma consciência crítica. A intenção velada do governo é fortalecer o avanço das pautas conservadoras na sociedade e facilitar o processo de desmonte de direitos e conquistas sociais

presentes na CF/88, impondo um projeto educacional que propala uma visão de mundo condizente com os interesses do bloco no poder, tal qual propunha o Escola Sem Partido.

### ***A Primavera Secundarista***

Ao analisar pesquisas de Cássio, Crochik, Di Pierro e Stoco (2016); Arelaro, Jacomini e Carneiro (2016); Giroto (2016); Castro e Grisolia (2016); Baquero, Baquero e Morais (2016); Catini e Mello (2016); Morais, Sordi e Fávero (2019); Moraes e Ximenes (2016); Gomes (2018); e Corti, Corrochano e Da Silva (2016) sobre as ocupações secundaristas daquele período, vimos que houve mobilização estudantil contra as reformas de conteúdo neoliberal, propostos na esfera estadual, na educação, em diversos estados entre 2015 e 2016, mostrando um processo ascensional das lutas estudantis e tendo como método de luta prioritário a ocupação de escolas e prédios públicos.

Algumas das análises destacadas mostram que a diminuição da distorção idade-série proporcionou que estudantes de origem popular vivessem de forma mais intensa o período escolar, criando uma identidade estudantil mais forte. Assim, essas lutas foram formas de exercício da cidadania dos jovens contra a retirada de direitos da população periférica, esfera em que se insere a negação do direito à educação para essas populações. Esse processo ocorreu em favor das intenções privatistas da educação, que visavam o aprofundamento do uso da teoria do capital humano nas escolas e funcionam numa visão gerencialista da educação, esvaziando a gestão democrática e a participação estudantil nas decisões. Assim, a própria ação estudantil seria movida como resposta a experiências negativas com a democracia representativa e a precarização da educação pública por meio da auto-organização estudantil, referenciada em uma nova *práxis* política e educacional.

Dessa forma, Gomes (2018) nos mostra que em resposta à ofensiva neoliberal marcada pelo golpe de 2016, jovens trabalhadores-estudantes protagonizaram um movimento que levou à apropriação da escola pelos estudantes e à visualização de outra escola e sociedade possíveis, sendo um amplo processo de formação política para os jovens. O movimento foi marcado pela violência estatal e de setores sociais neoconservadores e neofascistas. Porém, mesmo sem conquistar suas bandeiras nacionais, logrou conquistas pontuais, mostrou grande capacidade de mobilização, que não se encerrou naquele ano, mostrou avanços e aprendizados organizativos e pode ser caracterizado com germe da vontade coletiva.

A violência da classe dominante contra os subalternos não é novidade no Brasil. Para entender esse processo recorremos a Florestan Fernandes (1981a), que mostra o caráter antidemocrático e autocrático da burguesia brasileira e sua gana por sobreacumulação, superexploração e sobredominação dos trabalhadores. Portanto, a burguesia brasileira não se mostra interessada em levar a termo a revolução democrática e nacional, sendo necessário que os trabalhadores se encarreguem disso, associando a revolução dentro da ordem com a revolução contra a ordem (FERNANDES, 1981b).

Assim, a hegemonia, como capacidade de direção e domínio com unidade econômica, política, moral e intelectual da sociedade prevalece em sociedades de tipo “ocidental”, onde o desenvolvimento da sociedade civil permite a disputa da luta de classes via guerra de posições e, inclusive, que as classes

subalternas imponham derrotas ao bloco no poder e tenham conquistas (LIGUORI; VOZA, 2017). Da mesma forma, a guerra de movimento prevalece em sociedades de tipo “oriental”, mas mesmo em sociedades democrático-burguesas ela pode se tornar a forma central de desenvolvimento da luta de classes em períodos de enfrentamento aberto entre as classes ou ocorrer em momentos específicos dentro do contexto da guerra de posições, quando ocorre uma greve geral ou até em lutas onde não há uma direção política centralizada e vocacionada para a luta pelo poder de Estado.

Com isso, podemos visualizar uma relação dialética entre guerra de movimento e de posição, na qual a guerra de movimento pode resultar na conquista de melhores condições para realizar a guerra de posição, bem como a guerra de posição pode servir de “retaguarda” para a guerra de movimento, possibilitando que esta seja mais efetiva, a despeito da reação do bloco no poder. Além disso, vale destacar que não secundarizar essa relação entre guerra de movimento e de posição é ainda mais importante em países de capitalismo dependente como o Brasil, onde, de acordo com Coutinho (2006), o processo de ocidentalização está inacabado e ocorreu por meio de sucessivas revoluções passivas, com a burguesia brasileira agindo na contramão do desenvolvimento da sociedade civil e da ampliação do Estado em favor de uma modernização controlada de cima.

Baseados nessas reflexões, visualizamos as ocupações como um momento de guerra de movimento dentro de um contexto geral de guerra de posições e nos questionamos como essa guerra de movimento contribuiu para o reposicionamento das forças populares dentro desse contexto mais amplo, ao compreender os motivos que levaram a não continuidade das ocupações estudantis nos anos seguintes, quais foram as conquistas dentro das unidades escolares, como a instituição escolar se relaciona com os estudantes hoje e que rumos os ocupantes deram às suas vidas após as ocupações.

A partir das matérias publicadas no período e de um documentário, analisamos o processo nacional de ocupações partindo daquelas que antecederam as ocupações contra as medidas do governo Temer. As ocupações que analisamos ocorreram entre 2015 e 2016 nos estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Ceará. Em todos esses estados, o governo pretendia implementar projetos neoliberalizantes da educação, provocando a resistência. Portanto, havia um contexto de ofensiva neoliberal na educação com forte ebulição e resistência estudantil, já em marcha antes das medidas de Temer. Em São Paulo, as medidas tentavam reorganizar as escolas a partir de uma visão gerencialista para diminuir a quantidade de escolas e turmas e ampliar o número de alunos por salas. Em Goiás, o governo pretendia passar a gestão das escolas para Organizações Sociais e para a Polícia Militar, militarizando escolas. No Rio de Janeiro, havia um processo de precarização da educação e atraso de pagamentos a professores. No Ceará, o governo realizou o contingenciamento de 20% do financiamento destinado à Secretaria da Educação e demitiu 4.000 professores temporários. Tais medidas funcionaram como estopim para as lutas secundaristas.

As ocupações nos diversos estados seguiram o exemplo paulista, por sua efetividade. Em São Paulo, os alunos derrotaram a proposta de reorganização e lograram a demissão do secretário de educação. Em Goiás, conseguiram adiar a passagem da gestão das escolas para as OS. No Rio de Janeiro e no Ceará, o governo relatou ter atendido diversas demandas estudantis e que nem todas as reivindicações poderiam

ser atendidas, por serem difusas ou por não serem de responsabilidade do governo estadual. Os estudantes, em desacordo com o discurso oficial, continuaram as ocupações, até que elas arrefeceram.

Vale ressaltar que, em todos esses estados, houve formas de tentar coagir os estudantes. Em São Paulo, o governo tratou as ocupações como guerra de guerrilhas e organizou uma reação político-militar contra os jovens. Em Goiás e no Ceará, houve um processo de judicialização para tentar acabar com o movimento, sendo que no Ceará tentou-se processar os estudantes após o término das ocupações. E no Rio de Janeiro, houve a atuação de um movimento denominado “Desocupa Já!”, que tentou impedir ocupações. Assim, já havia um processo de intensificação e diversificação das frentes para reprimir e dismantelar o movimento, mas ainda não era amplo o suficiente.

Vale destacar que as ocupações de escolas em São Paulo alcançaram mais de 200 unidades escolares em 2015 e seu êxito propiciou a realização de outras experiências em diversos estados como Goiás, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, mostrando um ascenso das lutas estudantis no Brasil em 2016 mesmo antes das medidas do governo Temer. Com as reformas desse governo, as lutas estudantis alcançam seu auge, inicialmente com a ocupação de mais de 850 escolas do Paraná e, depois, com a ocupação de milhares de escolas em 22 estados de todo o país.

Essa luta mobilizou não somente estudantes em todo o país, como também diversos setores sociais, organizados ou não, pelos mesmos objetivos. Isso mostra a força do movimento, que foi capaz de instaurar uma crise de hegemonia do projeto educacional neoliberal, com protagonismo de setores populares, mais precisamente da juventude trabalhadora e filha da classe trabalhadora, que estava afastada do debate público. Da mesma forma, essas lutas serviram para unir, mesmo que temporariamente, organizações sociais e de esquerda com esses setores. Por outro lado, a repressão também foi inovadora, estabelecendo um novo patamar, não só pela agressividade da violência aplicada, como também pela diversidade de sujeitos envolvidos e articulados, com uso da polícia, do poder judiciário, da grande mídia, das redes sociais e da ação de grupos neoconservadores e neofascistas para impedir que os estudantes conseguissem derrotar o projeto educacional do bloco no poder. Isso marca a radicalização de setores de direita e extrema-direita, que, após destituir o governo petista, passaram a direcionar seus ataques contra a luta popular. Mesmo assim, a experiência de luta estudantil conseguiu inserir novos sujeitos nas lutas sociais e na luta por um projeto educacional que responda aos anseios populares de melhoria das condições de ensino e de uma formação ampla, que abarque as diversas esferas da vida social e com participação popular.

### ***Ocupações capixabas contra o Escola Viva e o fechamento de escolas: a antessala da Primavera***

No contexto capixaba, vimos que as lutas estudantis e pela educação ganharam força também em 2015, em resposta às medidas do governo estadual na educação. O governo de Paulo Hartung (MDB), em consonância com os anseios do movimento empresarial ES em Ação<sup>10</sup>, iniciou o Programa Escola Viva<sup>11</sup> (PEV) e realizou um movimento de fechamento de escolas, turmas e turnos de escolas do campo e da EJA<sup>12</sup>, aprofundando um projeto neoliberal da educação sem dialogar com a comunidade escolar. O PEV, vale destacar, representou a antecipação da reforma no ensino médio no contexto capixaba, posto que estava em

consonância com a MP nº 746/2016 e a Escola Viva de São Pedro, em Vitória, foi utilizada como palco para a gravação da propaganda da reforma veiculada pelo Governo Federal.

Desta forma, destacamos que o ES em Ação não só pautava as ações na pasta da educação, mas em diversas áreas do estado sob o governo Paulo Hartung, sendo o proponente de diversos programas e estratégias, pautadas no seu programa denominado “ES-2030”, que estabelecia metas em diversas áreas para consolidar a hegemonia dessas empresas até o ano de 2030. Portanto, identificamos as empresas que lideram esta organização, destacadamente a Vale, a ArcelorMittal Tubarão, Fibria, FAESA, Rede Gazeta e Grupo Águia Branca, como parte importante desse bloco no poder. Dessa forma, o bloco no poder local era hegemonizado pelo capital internacional de empresas multinacionais, compondo forças com o capital associado aos interesses dessas empresas e mobilizando outros setores empresariais de menor porte (LEAL; LIMA, 2021).

A implementação dessas reformas neoliberais pelo governo Hartung levou à reação de estudantes e de movimentos sociais, que protagonizaram diversas lutas, com diversidade tática e de sujeitos, que foram capazes de impor derrotas ao governo e ao bloco no poder local. Destacamos aqui as diversas manifestações realizadas, bem como as ocupações de escolas, da SEDU e da sede do governo estadual.

O movimento estudantil realizou diversos protestos contra o PEV e algumas das unidades escolares escolhidas para a implantação do programa também foram ocupadas por seus estudantes. Os jovens problematizavam a forma autoritária e sem diálogo da implementação e o caráter de ensino integral, que levaria à diminuição de turnos, com conseqüente diminuição de vagas, e à exclusão de jovens trabalhadores, que necessitavam trabalhar, estagiar ou fazer cursos. Coisas que de fato ocorreram. Mesmo assim, os estudantes conquistaram a retirada do status de urgência na tramitação do projeto na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) e a realização de audiências públicas sobre o tema, bem como a não implantação do PEV em algumas escolas ocupadas.

*Figura 1:* Protesto de estudantes contra o Escola Viva em frente à Assembleia Legislativa do Espírito Santo no dia 10 de junho de 2015



Foto - Jorge Félix/TV Gazeta, 2015<sup>13</sup>.

Além disso, diversos movimentos sociais, capitaneados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ocuparam a Secretaria da Educação (SEDU) contra o fechamento de escolas, turmas e turnos nas escolas do campo e na EJA. Com isso, durante a marcha do Dia Internacional das Mulheres, esses movimentos ocuparam a sede do Governo estadual, o Palácio Anchieta. Essa movimentação logrou a reabertura de escolas, turnos e turmas no campo e na EJA, após reuniões do movimento com o governador e, principalmente, após decisão da justiça.

Figura 2: Movimentos sociais organizam almoço coletivo durante ocupação do Palácio Anchieta, Em Vitória, no dia 08 de março de 2016



Fonte: Foto - Ricardo Vervloet/A Gazeta, 2016<sup>14</sup>.

Assim, vemos que o movimento de resistência às medidas neoliberais na educação do Espírito Santo teve grande relevância e capacidade de mobilização e atuação, alcançando conquistas reais e impondo derrotas ao governo estadual.

### ***A Primavera Secundarista capixaba***

As ocupações contra as medidas de Temer ocorreram em instituições públicas das redes federal, estadual e municipal, com amplo destaque para as escolas estaduais. Os estudantes de instituições federais, o Ifes<sup>15</sup> e a Ufes<sup>16</sup>, realizaram ocupações em espaços estratégicos para o movimento e para o funcionamento dessas instituições, como prédios de reitoria, da rádio universitária e fecharam prédios e campus em diversas cidades. Essas ações eram de solidariedade aos estudantes secundaristas, mas também por entenderem que as medidas da PEC nº 241/16 e da MP nº 746/16 impactariam a realidade dos estudantes dessas instituições e o campo de trabalho dos estudantes de licenciatura. Além disso, a realização de uma grande manifestação protagonizada por estudantes e professores dos Ifes e que envolveu estudantes de diversas redes, impulsionou as ocupações no estado. Por outro lado, vimos que as medidas da justiça federal contra essas ocupações foram rápidas e enérgicas, mostrando unidade desse âmbito da justiça com os interesses do governo federal.



*Figura 3:* Estudantes e Servidores do Ifes em protesto na frente do Palácio Anchieta, em Vitória, contra as reformas do governo Temer, no dia 24 de outubro de 2016



Foto: Juliana Borges/G1, 2016<sup>17</sup>

Sobre as ocupações em escolas estaduais, vimos que elas tiveram grande força, ocorrendo em 72 escolas, se somarmos as três escolas municipais ocupadas, levando em consideração a divergência de dados fornecidos pelos estudantes e pelo governo estadual, o que mostra também a guerra comunicacional nesse processo. O uso principal das ocupações não impediu os estudantes de utilizarem outras formas de luta, porém, estas foram secundarizadas.

Os ocupantes conseguiram criar uma grande rede de apoio e mobilizar apoio em diversos setores da sociedade civil, envolvendo sindicatos, movimentos sociais, defensores dos direitos humanos, líderes religiosos, Arquidiocese de Vitória, Conselho Tutelar, defensoria pública, presidentes da OAB-ES e do TRE-ES, professores, advogados, estudantes secundaristas e universitários, artistas, jornalistas, pais e mães, moradores dos bairros próximos às escolas entre outros. Ou seja, vimos o apoio de amplos setores da classe trabalhadora organizada e desorganizada, bem como setores médios e representantes de instituições estatais, comprometidos com a CF/88 e com os direitos humanos, mostrando que as frações hegemônicas do bloco no poder não tinham unanimidade no interior do aparelho de Estado.

*Figura 4:* Artista capixaba André Prando faz show na escola Almirante Barroso, em Vitória, organizado e transmitido ao vivo pelo Facebook do Ocupa Almirante, no dia 26 de outubro de 2016



Foto: Reprodução – Ocupa Almirante/Facebook, 2016<sup>18</sup>

Figura 5: Paróquia São Pedro Apóstolo faz vigília em apoio aos ocupantes em frente à Escola Viva de São Pedro, em Vitória, no dia 07 de novembro de 2016



Fonte: Paróquia São Pedro Apóstolo. In: Foto - VERLI, 2016<sup>19</sup>

No caso da classe trabalhadora organizada, podemos destacar que ela foi ativa no apoio às ocupações, mas demorou para entrar na luta organizando protestos e atividades públicas de apoio, o que poderia ser decisivo para o aumento do impacto das ocupações e talvez aumentar as conquistas reais do movimento.

Figura 6: Protesto unificado com estudantes, movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais contra as reformas do governo Temer em frente ao Palácio Anchieta, em Vitória, no dia 11 de novembro de 2016



Foto: Rafael Monteiro de Bastos, 2016<sup>20</sup>

Por outro lado, a ocupação sofreu forte repressão e oposição de setores como a mídia, o poder judiciário, o executivo, grupos empresariais, setores neoconservadores da sociedade civil, Polícia Militar e diretores escolares. Portanto, o aparato estatal atuou como representante dos interesses do bloco no poder, bem como houve ação de setores burgueses ligados à educação e de camadas médias, como classe apoio, através do MBL, do Desocupa ES e de indivíduos nas redes sociais, embasados em ideologias neoconservadoras ou neofascistas.

A reação utilizou diversas ações e iniciativas, combinadas propositalmente ou não, que iam no caminho da criminalização e da desmoralização do movimento, através da luta ideológica, tendo como arma principal as *fake news*, e da coerção e coação física, moral e legal, seja com ações legais ou ilegais, justificativas morais ou imorais e por meios oficiais ou não oficiais. Isso deixa claro o esforço para combinar formas de

luta contra os estudantes, durante esse momento de guerra de movimentos dentro de um período de guerra de posições.

Vale destacar que a mobilização de forças para reprimir o movimento só ocorreu porque os estudantes conseguiram mobilizar forças suficientes para instaurar uma crise de hegemonia do projeto educacional do bloco no poder, que foi incapaz de derrotar o movimento sem apelar para essa conjunção de ações coercitivas e ideológicas protagonizadas por diversos sujeitos sociais. O exemplo mais bem-sucedido da ação conjunta dessas forças foi a partir da decisão judicial que obrigava o retorno às aulas mesmo com a manutenção das ocupações. Ela representou a ação conjunta de forças neoconservadoras e neofascistas, com diretores escolares, a PM, a justiça estadual, o poder executivo e a mídia, conseguindo impor a desocupação ou promover conflitos entre estudantes para tentar desmoralizar e esvaziar as ocupações.

A guerra de movimento influenciou na crise de hegemonia do projeto educacional do bloco no poder. Assim, as ocupações influenciaram na desistência de Paulo Hartung de concorrer a um quarto mandato, na incapacidade do bloco no poder de lançar uma candidatura competitiva e na vitória eleitoral de Renato Casagrande (PSB). Além disso, foi colocado um secretário da educação mais ligado ao debate educacional, que mudou o nome do Programa Escola Viva, sem mudar seu conteúdo, mas diminuindo a influência do ES em Ação em suas decisões.

Trocas de governo também ocorreram no Paraná, no Rio de Janeiro e em Goiás, com alguns governadores processados e presos por outros motivos. Portanto, a guerra de movimento foi capaz de influenciar em alterações na política para além de mudanças no interior das escolas e no sistema de educação estadual ou nacional, mesmo assim, não podemos sequer falar que foi o fator principal para essas mudanças, mas com certeza teve participação importante.

Vale reforçar que as alterações no comando dos governos estaduais não significaram uma mudança de projeto, seja educacional ou de sociedade, e nem uma recomposição clara do bloco no poder, muito menos uma mudança de fração hegemônica do bloco no poder. Tanto que, na esfera nacional, os projetos governamentais foram aprovados, com alterações, e houve um recrudescimento com a instalação de um governo neofascista democraticamente eleito em 2018.

### ***As ocupações na voz dos estudantes***

Com as entrevistas, confirmamos que o perfil dos ocupantes era de jovens da classe trabalhadora urbana, especialmente de frações mal remuneradas e em postos de trabalho precarizados, tendo grande relevância a participação de mulheres, negros e negras e jovens LGBT. Esses setores já viviam uma situação de discriminação e negação de direitos dentro das escolas em que estudavam e conseguiram mobilizar diversos setores da classe trabalhadora e das camadas médias da sociedade, que atuaram na retaguarda do movimento, facilitando seus movimentos e ajudando as ocupações a ganhar a envergadura que tiveram, ao mesmo tempo o apoio foi conseguido também pela grande envergadura das ocupações. Portanto, as ocupações de escolas em 2016 significaram a entrada de numerosos sujeitos da classe trabalhadora na cena

política e com apoio de setores médios, por uma educação que atenda aos seus interesses de classe, tanto que todos os entrevistados foram lideranças das ocupações e continuaram a atuação política atrelada a organizações sociais, políticas e estudantis após o término desse movimento.

As quatro escolas pesquisadas foram referência para as ocupações no estado e eram escolas referência de seus municípios, com alta demanda por vagas e congregando alunos de diversos bairros e municípios. Mesmo assim, essas escolas viviam, em maior ou menor medida, problemas estruturais, como relatado por uma entrevistada.

[...] era um prédio alugado, um prédio num cruzamento extremamente perigoso, principalmente para pessoas que estudavam no noturno. Uma relação bem estranha com tráfico também, ali de São Diogo, Jardim Limoeiro. Enfim, a própria infraestrutura da escola era muito ruim, ventilador pegava fogo, teto caía, se chovia alagava, bebedouro que quebrava, a própria quadra de educação física, que muitos alunos não faziam a aula de educação física porque era extremamente quente [...] era num galpão fechado (Liderança 04).

Portanto, a contradição entre “o que se ensina” e “em que condições se ensina” se expressou na contradição entre as reformas neoliberais e as condições existentes na escola. Da mesma forma, houve contradição entre uma formação crítica e cultura democrática com uma reforma autoritária e que esvazia a educação. Essas contradições, já latentes, se desenvolveram a ponto de ensejar uma crise política no interior das escolas e disparar as ocupações. Vale lembrar que as ocupações mobilizaram grande quantidade de estudantes, mas havia um grupo menor, mais coeso, que mantinha a ocupação cotidianamente.

A situação das escolas antes das ocupações e as reivindicações estudantis mostrou que as ocupações pretendiam melhorar as condições de ensino-aprendizagem e de organização e participação estudantil, visando não só um melhor preparo para a inserção no mundo do trabalho como também uma formação crítica, pautada no conhecimento e na defesa dos direitos existentes. Logo, o contexto de exclusão de direitos, de falta de infraestrutura, de equipamentos e de profissionais nas escolas influenciou na construção das pautas locais e contribuiu no entendimento, a partir de sua realidade, de que as propostas dos governos federal e estadual significariam uma maior precarização das condições de acesso e permanência às escolas.

[...] a gente já vive uma escola extremamente sucateada, eu pensava muito nisso, eu pensava “meu Deus, a escola já é muito ruim, o SUS já é muito ruim, a segurança já é muito ruim e a PEC vai tornar isso ainda pior. Como que a gente vai sobreviver a todas essas desigualdades no meio disso tudo?” (Liderança 02).

Como resultado, as pautas nacionais, estaduais e locais estavam dialeticamente articuladas como denúncia e combate à precarização e inculcação ideológica neoliberal.

Conjuntamente, vimos que a existência de professores de perfil crítico e a existência de projetos e formas de organização estudantil fomentaram o entendimento do caráter nocivo das reformas pretendidas. Em especial, a existência de formas organizativas e de ação coletiva dos estudantes possibilitou que essas fossem as primeiras escolas a ocupar em seus municípios e se tornassem referência para as demais escolas.

[...] a gente teve bons professores, progressistas, que, proporcionaram pra gente ter esse debate. Inclusive a reconhecer os alunos, né, que quando você dá sua opinião, você sabe quem concorda e quem discorda, quem vai tocar junto, organizar e etc. [...] o rádio meio

que aglomerou esses estudantes que eram mobilizados ali em prol da escola (Liderança 04).

Além da existência prévia de incentivo ao debate e à reflexão e de formas de organização estudantil, também houve planejamento para iniciar as ocupações, que não começaram de forma espontânea.

[...] primeiramente a gente fez um trabalho durante uma semana inteira com os alunos, a gente passou sala por sala explicando o que era a PEC e como isso iria repercutir na vida, nas nossas vidas como alunos, como cidadãos também [...]. Nos dias anteriores, a gente já tinha levado tudo que a gente ia precisar nesse primeiro momento para ocupar a escola, que a gente teria, né, que substituir o cadeado da escola pelo nosso, teríamos que ter barraca lá dentro, tudo mais. Foi o que a gente fez (Liderança 01).

Assim, além de planejamento prévio, vimos que as ocupações tiveram grande inventividade e fomentaram a participação e o protagonismo estudantil, contando com diversas atividades, tarefas e debates, conseguindo adaptar as formas organizativas à realidade da escola e fazendo muitos estudantes aderirem à ocupação, bem como melhorar a imagem externa do movimento.

Isso de se organizar e oferecer palestras foi fundamental. Foi fundamental para passar uma imagem positiva da ocupação, sabe? De que não estamos ali à toa dormindo o dia todo no pátio da escola, não. A gente tava fazendo, inclusive a gente acordava cedo, dormia tarde, fazia coisa o dia todo. Isso foi fundamental (Liderança 02).

Além disso, foi fundamental o empenho na comunicação e debate com a sociedade e o uso das redes sociais, possibilitando a ampliação do alcance, da referência e da força do movimento, projetando-o. Nesse ponto revemos o amplo apoio que as ocupações tiveram de diversos setores sociais, que foram atraídos pela força das ocupações e que também serviram para ampliar ainda mais o seu alcance.

[...] as pessoas estavam vendo naquilo, naquele período, naquele movimento, um fôlego de esperança, sabe? Pro momento que a gente estava vivendo. Era tipo assim, “a gente tem que botar fé nisso aqui porque é isso aqui que tá acontecendo, esses adolescentes tão fazendo alguma coisa, a gente tem que botar fé neles, porque a gente tá tendo condição de fazer nada” (Liderança 02).

[...] os sindicatos, eles acabaram ajudando muito a gente, em nenhum momento faltou nada para comer em nenhum momento nos faltou nada na verdade. [...] quando a gente precisava de panela a gente mandava no grupo que a gente tinha das escolas ocupadas “olha, a gente tá precisando de panela” em menos de 30 minutos tinha panela chegando para gente (Liderança 01).

[...] umas duas pessoas do Mídia Ninja ficaram dentro da ocupação, dormiram dentro da ocupação, deram todo o suporte midiático que a gente precisava, né, para conseguir inclusive as doações, né, ou a questão da própria rede social. Enfim, desse tipo de coisa, foto, fazer vídeo, eles deram todo esse suporte (Liderança 03).

Da mesma forma, a comunicação entre as ocupações foi fundamental para a articulação, a troca de experiências, a resolução de problemas enfrentados pelas ocupações e a deliberação de ações conjuntas, mesmo havendo divergências entre grupos no interior do movimento.

As ocupações também contavam com uma multiplicidade de interesses e grupos internos que, mesmo unificados pelas pautas comuns, tinham origens diferentes, interesses diferentes e visões estratégica e tática diferentes. Inicialmente, nas quatro escolas pesquisadas havia a influência política de organizações diferentes. Nas duas escolas com grêmios estudantis organizados, uma contava com forte presença da União da Juventude Socialista (UJS) e outra com a da Juventude Socialista Brasileira (JSB). Nas outras duas escolas

onde havia outras formas organizativas houve uma presença maior de uma visão não-organizada, por vezes apartidária, mas que com o tempo se aproximaram de grupos de juventude ligados ao PSOL ou ao Levante Popular da Juventude. Assim, enquanto na escola com presença do JSB havia prevalência das pautas nacionais, nas outras havia maior destaque de pautas locais, como a universidade estadual e a própria infraestrutura escolar.

Outro momento que expõe diferenças internas foi quando ocorreu uma assembleia estadual das ocupações, que foi organizada dentro da escola com presença da UJS, mas que foi boicotada pela ocupação com presença da JSB e as outras escolas pesquisadas não tomaram conhecimento. Segundo a entrevistada da escola próxima à UJS, foi nessa assembleia que foi deliberada a ocupação da SEDU, enquanto os ocupantes próximos à JSB não participaram do “Ocupa SEDU”, pois “ele foi feito por movimentos estudantis mais politizados, né. Não por grêmios em si. Quem tava lá era o pessoal da UNE, da Ubes e tudo mais” (Liderança 01). Enquanto isso, os estudantes das outras ocupações não reconheceram o papel da assembleia mencionada na deliberação dessa ocupação e nem o protagonismo dessas entidades na condução do espaço.

Da mesma forma, à exceção da ocupação com forte presença da UJS, as demais ocupações relataram em maior ou menor medida atrito com algumas entidades representativas de estudantes, como a Ubes<sup>21</sup>, a Ueses<sup>22</sup> e Umes<sup>23</sup>. Em suma, esses atritos dizem respeito à ausência dessas entidades nas escolas antes da ocupação, somado à tentativa de comandar as ocupações depois de já consolidadas e à ausência de um planejamento para canalizar o esforço das ocupações para a formação de grêmios estudantis. Essas diferenças podem estar relacionadas ao fato de não haver um comando unificado estadual das ocupações.

Para além disso, podemos citar as divergências e lutas internas às ocupações, muitas vezes relacionadas às desigualdades de gênero e raciais e à divisão de tarefas. Bem como a diferença estrutural e de apoio recebido pelas escolas de regiões centrais e pelas escolas de periferia, que muitas vezes não tinham acesso à comida. Além da maior truculência estatal e de diretores, as vezes vinculando-se ao tráfico e à grupos como o MBL para atacar os ocupantes em escolas longe das regiões centrais.

Vimos também que houve grande movimentação contrária às ocupações a partir do governo, da mídia tradicional, do bloco no poder e de camadas médias, vinculados pela defesa de um programa marcadamente neoliberal e contando com setores neoconservadores e neofascistas agindo nas ruas e nas redes sociais. Esses setores realizaram ataques ideológicos, jurídicos e coercitivos em diversas frentes, elevando o padrão de repressão às movimentações populares, incluindo diversos desrespeitos aos direitos humanos, da criança e do adolescente e aos princípios constitucionais. Assim, o apoio e a oposição sofrida, mostram não só a ocorrência de uma crise de hegemonia do projeto educacional, que resultou em um momento de guerra de movimento no interior de um processo mais amplo de guerra de posições, como também demonstrou que a movimentação da sociedade civil durante as ocupações mostra a importância da guerra de posições para a consolidação de posições, a conquista de apoio e a dissuasão de opositores, funcionando como uma retaguarda das forças populares que realizam a guerra de movimentos.

As forças contrárias às ocupações divulgaram *Fake News* com acusações contra as ocupações para as famílias e para a sociedade em geral, ameaçaram os estudantes e utilizaram da violência física e psicológica

para tentar inviabilizar as ocupações. O recrudescimento da violência e as reintegrações de posse levaram ao fim das ocupações nas escolas. Uma das entrevistadas relata a violência utilizada pelo movimento contrário às ocupações.

[...] eles chegaram e começaram a balançar o portão, [...] e falar “desocupa, desocupa, seu bando de vagabundo, desgraçado, não quer estudar” e a gente tipo assim, “vamo com calma, aí” [...]. Aí eles abriram, quebraram a corrente, abriram e aí todo mundo saiu correndo pra dentro da escola, nós, né. Então nós saímos correndo pra dentro da escola, trancamos todos os lugares que a gente podia trancar, mas [...] eles quebraram tudo, [...] e aí a gente fez uma corrente humana, que era melhor nem ter feito, aí tentamos barrar eles de subirem no mezanino para ir pro primeiro andar, aí eles socaram a gente, agrediram a gente, empurraram a gente da escada, uma menina levou um soco no olho e fomos pra delegacia (Liderança 04).

Em seguida, para continuar com a resistência, os jovens ocuparam a sede da Secretaria da Educação, realizando a “Ocupa SEDU”. Contra esse movimento, a violência estatal foi ainda maior, como relatado por uma estudante.

[...] teve um dia que choveu muito, muito mesmo, muito, muito. Ventando muito, chegou a destruir algumas barracas, né, que a gente tinha montado do lado de fora [...]. Muita gente ficou com hipotermia, né, passou mal. Os policiais que estavam presentes não quiseram ajudar, não cederam ajuda, simplesmente queriam que a gente saísse de lá. Aí, enfim, diversos amigos meus que passaram mal foram parar no hospital e só conseguiram sair porque a gente começou a gritar, implorar muito pros guardas abrirem o portão, até mesmo para a gente poder sair e levar para o hospital, porque se a gente não tivesse feito escândalo, não tivesse feito esse tipo de coisa, acho que a menina tinha até morrido lá (Liderança 03).

Mesmo com tanta repressão, vale destacar a capacidade de resistência dos estudantes, diante de tantas adversidades, como destacado por uma estudante.

A gente superou o Enem, a gente superou as eleições, a gente superou, algumas vezes, a pressão política e judicial, superamos o chato do Júlio Pompeu, que enchia o saco toda semana, superamos o medo também, né. Acho que principalmente isso. Medo de tá lá, o medo de ser preso, medo de ter a mãe presa, medo de não formar nunca. Acho que os problemas iam surgindo e na medida do que era possível a gente ia resolvendo eles, né. Ou a gente resolvia ou desocupava (Liderança 02).

Com o fim das ocupações, estabeleceu-se uma contradição entre o aumento da consciência, da força e da participação estudantil, e o aumento da repressão e o esvaziamento dos espaços de participação no interior das escolas e de organização estudantil pela direção escolar. Isso se materializou na tentativa governamental de impedir que a força acumulada com as ocupações desaguasse na construção de grêmios estudantis autônomos, que reposicionariam o movimento estudantil na guerra de posições. Da mesma forma, a ausência de orientação de entidades do movimento estudantil para a construção dos grêmios contribuiu para o fracasso dessa tentativa.

Além disso, houve avanço da unidade das forças neoliberais, neoconservadoras e neofascistas da burguesia e de camadas médias, que já pautavam a cena política desde a articulação para o golpe de 2016. Vale destacar que o avanço dessas forças não foi causado pela movimentação estudantil, mas pela ação dessas próprias forças, que conseguiram derrotar as forças populares, não sendo possível averiguar se um desfecho favorável aos estudantes mudaria qualitativamente esse processo.

Por outro lado, a experiência das ocupações foi fundamental para fortalecer e engajar os jovens que participaram dessa movimentação, fazendo com que eles tivessem outra visão da escola, da educação e da política, passando a ter a necessidade de agir.

[...] a gente ganhou muito mais força política dentro da escola e de organização, [tanto] que a maioria dos estudantes que ocuparam, que não faziam parte de nenhum processo organizativo, hoje ou estão organizados em movimento ou participam do movimento estudantil [...] A ocupação foi uma chave pra acreditar na organização popular, na organização dos trabalhadores (Liderança 04).

[...] eu acho que a gente entendia a escola como se fosse só um local onde a gente estudava, né. Tirava nota boa ou ruim e acabou. Como se a gente não fizesse parte dela, como se a gente não pudesse mudá-la, né, pra torná-la algo melhor ainda do que já era [...]. Enfim, acho que a gente se entendeu como parte da escola também e pessoas que pudessem trazer as mudanças (Liderança 03).

Dessa forma, podemos ver que as ocupações resultaram num maior engajamento estudantil e foi importante para a vida desses jovens. Muitos enxergaram a própria ocupação como uma reprodução, em pequena escala, de como deveria ser a escola e o país e tratam a experiência como motivo de orgulho.

[...] hoje é um dos maiores orgulhos que eu tenho de dizer é que tudo que essa decisão repercutiu, está repercutindo sobre a economia do país eu tenho orgulho de falar, não, eu fui contra. Eu me posicionei, eu botei o pé na porta, eu fui contra isso (Liderança 01).

### **Conclusão**

Por fim, vimos que mesmo assim, as ocupações conquistaram melhorias no interior das escolas e boa parte dos envolvidos seguiram atuantes na cena política atual, engajando-se em lutas e organizações sociais e políticas.

Além disso, a derrota eleitoral do bloco no poder e a não continuidade do governo de Paulo Hartung, do Programa Escola Viva e do controle do ES em Ação sobre a Sedu tiveram participação dos estudantes. Portanto, deixamos claro, respondendo às questões que movem este artigo, que foram mobilizados dois grandes campos contrários nessa luta: as forças populares, postas em movimento por jovens estudantes da classe trabalhadora precarizada, e formadas por amplos setores da classe trabalhadora organizada e desorganizada, bem como de setores médios progressistas e representantes institucionais comprometidos com os direitos humanos, atuando de forma conjunta e articulada contra os interesses neoliberais na educação ligados à precarização das escolas e à formação de força de trabalho submetida à lógica neoliberal atual e reivindicando melhores condições de ensino, valorização da escola pública, condições de acesso e permanência e um projeto educacional que ultrapasse a formação de mão de obra qualificada, formando para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania crítica. Essa ampla unidade atuou de diversas formas, mas teve as ocupações como principal forma de luta, incentivando a participação e a deliberação dos estudantes e utilizando amplamente as redes sociais para angariar apoio e articular forças.

Do lado contrário da luta estava o bloco no poder, atuando de forma unificada com setores médios neoconservadores e neofascistas, como classe apoio, utilizando o aparato estatal, bem como aparelhos privados de hegemonia e utilizando táticas diversas para dissuadir e reprimir estudantes, com uso intensivo de coerção física e moral, da coação jurídica e da luta ideológica para desmoralizar o movimento,



difundindo inclusive, *fake news*. Esse conjunto de forças, fortemente arraigadas no aparelho de Estado e na mídia tradicional defendiam os interesses privatistas e neoliberais na educação, pretendendo aprofundar seu projeto educacional com a gestão racionalizada da educação e a formação de mão de obra para o trabalho precarizado e identificada ideologicamente com os princípios neoliberais, através da Teoria do Capital Humano e do Aprender a Aprender.

Vale destacar que no Espírito Santo, o bloco no poder organizado no movimento empresarial ES em Ação, embora tenha conseguido a aprovação e a manutenção de seus interesses, sofreu derrotas posteriores, perdendo parte de sua hegemonia, com a alteração do comando do governo estadual. No Brasil, por sua vez, o bloco no poder consolidou-se, tendo, porém, que realizar diversas concessões, inclusive com recuos no projeto inicial das reformas neoliberais na educação e destacando o fortalecimento das lutas nos anos posteriores protagonizadas por estudantes, professores e militantes da área da educação.

Com isso, um conjunto de perguntas e indagações passam a ser colocadas para pesquisas posteriores. Que setores do bloco no poder têm maior influência na educação hoje, no Brasil e no estado? Como se dá a relação entre as frações de classe que antes comandavam o MEC e a Sedu e o atual governo federal e estadual? Quais iniciativas e interesses foram secundarizadas e quais foram priorizadas com a mudança de governo? Como os estudantes, professores e o movimento educacional, como um todo, se relacionam com o novo governo e com suas medidas? Que lutas e interesses se tornaram prioridades para o movimento educacional após a aprovação e com a implementação das reformas de Temer e com as iniciativas de Bolsonaro, como esses setores se movimentaram e atuaram? Como os aprendizados durante o processo de ocupações influenciaram nas atuais formas de organização e luta de ambos os lados do embate colocado? Quais iniciativas estão sendo tomadas para sistematizar a experiência das ocupações contribuindo para a elaboração de um projeto educacional que atenda às demandas estudantis? Dessa forma, vemos que muito ainda há para pesquisar sobre o tema. Concluímos aqui com a certeza de ter contribuído para esse processo de sistematização da experiência de luta estudantil e popular e de que tempos melhores virão, num processo que não será rápido, nem fácil e nem indolor, mas que abrirá portas para a emergência de uma sociedade mais democrática, participativa, soberana e compromissada com os interesses das camadas populares do Espírito Santo, do Brasil, da América Latina e do mundo.

### **Referências:**

ARELARO, L. R. G., JACOMINI, M. A.; CARNEIRO, S. R. G. Limitações da participação e gestão “democrática” na rede estadual paulista. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1143-1158, dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000401143&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401143&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 jun. 2020.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R.V.A.; MORAIS, J. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 989-1008, dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000400989&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000400989&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 jun. 2020.

BOITO Jr. A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV-SP. 2012.

- BOITO Jr. A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 42, p. 155-163, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/45/0>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- CASSIO, F. L.; CROCHIK, L.; DI PIERRO, M. C.; STOCO, S. Demanda social, planejamento e direito à educação básica: uma análise da Rede Estadual de Ensino Paulista na transição 2015-2016. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1089-1119, dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000401089&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401089&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 maio 2020.
- CASTRO, L. R.; GRISOLIA, F. S. Subjetivação pública ou socialização política? Sobre as articulações entre o político e a infância. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 971-988, out./dez., 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000400971&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000400971&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 jun. 2020.
- CATINI, C. R.; MELLO, G. M. C. Escolas de luta, educação política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out./dez., 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000401177&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401177&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 06 jun. 2020.
- CORTI, A. P. O.; CORROCHANO, M. C.; DA SILVA, J. A. “Ocupar e Resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out./dez., 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000401159&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401159&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 jun. 2020.
- COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: Lima, J. C. F.; NEVES, L. M. W., **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 173-200. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129-07.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.
- FERNANDES, F. **O que é revolução?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981b.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. Desestruturação do trabalho e política social. In: PEREIRA, P. A. *et al* (org.). **Política Social, Trabalho e Democracia em Questão**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, p. 97-118, 2009.
- FRIGOTTO, G. [s.n.]. **Portal de Periódicos Fiocruz**, Rio de Janeiro, 30 set. 2016. Entrevista concedida a Marise Ramos pelo editor associado da Revista Trabalho, Educação e Saúde e professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Uerj. Disponível em: <https://periodicos.fiocruz.br/pt-br/content/gaudencio-frigotto>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- GIROTTTO, E. D. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 137, p. 1121-1141, dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000401121&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401121&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 out. 2020.
- GOMES, L. A. O. **Jovens trabalhadores-estudantes**: a construção da vontade coletiva em experiências de ocupação de escolas. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, Niterói, 2018.
- LEAL, F. O.; LIMA, M. Escola Viva: implementação dos interesses do bloco no poder no estado do Espírito Santo. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 179-193, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/19848>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. **Prefácio de contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MORAES, C. S. V.; XIMENES, S. B. Políticas educacionais e a resistência estudantil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1079-1087, dez., 2016. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000401079&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401079&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 maio 2021.

MORAIS, S. P.; SORDI, D. N.; FÁVERO, D. G. Ocupação e contra ocupação de escolas públicas: o caráter político-educativo da mobilização coletiva. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 33, p. 138-161, 4 jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/29372/17089>. Acesso em: 15 jun. 2020.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, N. **O poder, o Estado, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

SA-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/0>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. Escola sem partido é uma aberração (entrevista). **Princípios**, São Paulo, v. 143, jul./ago. 2016. Disponível em: <http://www.revistaprincipios.com.br/artigos/143/brasil/208/entrevista-dermeval-saviani.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

## Notas

<sup>1</sup> Doutorando do PPGE da UFES. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Estudante do Grupo Gestão, Trabalho e Avaliação Educacional (UFES). Diretório: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4922920161011589>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9763439156704060>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8343-0051>. E-mail: [fernandoleales@gmail.com](mailto:fernandoleales@gmail.com).

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação (UFF). Professor do Centro de Educação da UFES. Pesquisador do Grupo Gestão, Trabalho e Avaliação Educacional (UFES). Diretório: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4922920161011589>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6745822194240257>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7448-8366>. E-mail: [marcelo.lima@ufes.br](mailto:marcelo.lima@ufes.br).

<sup>3</sup> Segundo Poulantzas (1977), o Bloco no Poder é a unidade contraditória das classes e frações de classe dominantes visando a exploração econômica e a dominação política das classes subalternas. Assim, os interesses específicos de cada fração ou classe não é obliterado, mas a fração hegemônica do bloco no poder consegue constituir seus interesses próprios como interesse geral do bloco e promove o reposicionamento das demais frações no interior do bloco.

<sup>4</sup> Segundo Boito Jr. (2012), um programa de governo e desenvolvimento econômico e social que contemplava interesses de classes e frações de classes sociais contraditórias entre si, era liderado pela burguesia interna e marcado por ser um desenvolvimentismo fraco, limitado pelo período neoliberal e com menores taxas de crescimento, industrialização e embate com o capital internacional quando comparado com o período desenvolvimentista.

<sup>5</sup> Emenda Constitucional nº 95/2016.

<sup>6</sup> Constituição Federal de 1988.

<sup>7</sup> Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, conhecida como Reforma Capanema.

<sup>8</sup> Lei nº 5.692/71, de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau.

<sup>9</sup> Decreto-Lei nº 2.208/97, que estabelece a reforma da Educação Profissional.

<sup>10</sup> Movimento empresarial que reúne as maiores empresas do estado para construir um projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo, que corresponda a implementação dos interesses desses setores empresariais. Esse agrupamento se comporta como aparelho privado de hegemonia e articula, planeja, elabora e executa ações, estratégias e metas para a implementação de seu projeto em aliança com diversos setores sociais e governamentais.

<sup>11</sup> Programa elaborado pelo ES em Ação em conjunto com o governo do Estado do Espírito Santo e implementa uma escola de tempo integral guiada pela pedagogia da escola da escolha, vinculada ao Instituto Corresponsabilidade na Educação.

<sup>12</sup> Educação de Jovens e Adultos.

<sup>13</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/06/estudantes-do-es-protestam-contraprova-do-escola-viva.html>.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/manifestantes-desocupam-sede-do-governo-do-es.html>.

<sup>15</sup> Instituto Federal do Espírito Santo.

<sup>16</sup> Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>17</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/alunos-do-ifes-protestam-contrapecc-241-e-mp-do-ensino-medio.html>.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/10/novas-escolas-sao-ocupadas-no-es-em-protesto-contrapecc-241.html>.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/11/padre-faz-vigilia-favor-de-estudantes-nas-ocupacoes-no-es.html>.

<sup>20</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/11/grupos-protestam-contramedidas-do-governo-federal-em-vitoria.html>.

<sup>21</sup> União Brasileiras dos Estudantes Secundaristas.

<sup>22</sup> União Estadual dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo

<sup>23</sup> União Municipal dos estudantes Secundaristas

Recebido em: 28 de maio 2023

Aprovado em: 29 de ago. 2023